

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE FREIXIANDA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

| | |
|---|----|
| Anexo | 5 |
| 1. Identificação da Entidade | 6 |
| 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras | 6 |
| 3. Principais Políticas Contabilísticas | 7 |
| 3.1. Bases de Apresentação | 7 |
| 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração | 8 |
| 4. Instrumentos financeiros | 13 |
| 5. Ativos Fixos Tangíveis | 13 |
| 6. Custos de Empréstimos Obtidos | 14 |
| 7. Inventários | 14 |
| 8. Rendimentos e Gastos | 14 |
| 9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas | 16 |
| 10. Benefícios dos empregados | 17 |
| 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais | 17 |
| 12. Outras Divulgações | 17 |
| 12.1. Utentes / créditos a receber | 17 |
| 12.2. Outros ativos correntes | 18 |
| 12.3. Diferimentos | 18 |
| 12.4. Caixa e Depósitos Bancários | 19 |
| 12.5. Fundos Patrimoniais | 19 |
| 12.6. Fornecedores | 19 |
| 12.7. Estado e Outros Entes Públicos | 19 |
| 12.8. Outras Dividas a Pagar | 20 |
| 13. Acontecimentos após data de Balanço | 20 |

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL FREIXIANDA
BALANÇO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Unidade Monetária: Euros

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Ativo | | | |
| <u>Ativo não corrente</u> | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 1 413 213,82 | 1 390 633,42 |
| Investimentos Financeiros | 4 | 11 964,72 | 11 731,14 |
| <i>Subtotal</i> | | 1 425 178,54 | 1 402 364,56 |
| <u>Ativo corrente</u> | | | |
| Inventários | 7 | 6 136,70 | 4 583,68 |
| Utentes/Créditos a receber | 12.1 | 36 320,53 | 30 641,12 |
| Estado e outros Entes Públicos | 12.7 | 10 549,00 | 4 231,39 |
| Outros ativos correntes | 12.2 | 49 153,37 | 56 430,99 |
| Diferimentos | 12.3 | 6 524,53 | 7 838,92 |
| Caixa e depósitos bancários | 12.4 | 547 428,41 | 384 010,93 |
| <i>Subtotal</i> | | 656 112,54 | 487 737,03 |
| Total do Ativo | | 2 081 291,08 | 1 890 101,59 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| <u>Fundos patrimoniais</u> | | | |
| Fundos | 12.5 | 3 323,81 | 3 323,81 |
| Resultados transitados | 12.5 | 189 130,31 | 252 605,86 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 9 | 743 761,44 | 717 935,95 |
| Resultado Líquido do período | 12.5 | -137 304,89 | -61 912,60 |
| Total do fundo do capital | | 798 910,67 | 911 953,02 |
| Passivo | | | |
| <u>Passivo não corrente</u> | | | |
| Financiamentos obtidos | 6 | 807 392,88 | 622 089,55 |
| Outras dívidas a pagar | 12.8 | 9 168,76 | 9 417,64 |
| <i>Subtotal</i> | | 816 561,64 | 631 507,19 |
| <u>Passivo corrente</u> | | | |
| Fornecedores | 12.6 | 63 066,90 | 52 162,21 |
| Estado e outros Entes Públicos | 12.7 | 21 021,95 | 20 929,25 |
| Diferimentos | 12.3 | 150 927,68 | 148 209,20 |
| Outras dívidas a pagar | 12.8 | 230 802,24 | 125 340,72 |
| <i>Subtotal</i> | | 465 818,77 | 346 641,38 |
| Total do passivo | | 1 282 380,41 | 978 148,57 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 2 081 291,08 | 1 890 101,59 |

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL FREIXIANDA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Unidade Monetária: Euros

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------|-------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Vendas e serviços prestados | 8,1 | 412 814,78 | 400 078,12 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 8,2 | 501 579,34 | 483 658,51 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7 | -173 576,34 | -155 988,56 |
| Fornecimentos e serviços externos | 8,3 | -213 942,28 | -197 420,51 |
| Gastos com o pessoal | 10 | -654 982,57 | -620 369,91 |
| Outros rendimentos e ganhos | 8,4 | 59 051,17 | 93 002,30 |
| Outros gastos e perdas | 8,5 | -433,51 | -501,00 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -69 489,41 | 2 458,95 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5 | -55 957,91 | -55 957,91 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -125 447,32 | -53 498,96 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 8,6 | 166,11 | 97,46 |
| Juros e gastos similares suportados | 8,6 | -12 023,68 | -8 511,10 |
| Resultados antes de impostos | | -137 304,89 | -61 912,60 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | -137 304,89 | -61 912,60 |

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL FREIXIANDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Unidade Monetária: Euros

| RUBRICAS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| <u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u> | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 407 135,37 | 398 061,14 |
| Pagamento a fornecedores | | (380 579,23) | (375 315,40) |
| Pagamentos ao pessoal | | (642 141,41) | (609 642,26) |
| Caixa gerada pelas operações | | (615 585,27) | (586 896,52) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | | |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 605 399,80 | 539 612,82 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1) | | (10 185,47) | (47 283,70) |
| <u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u> | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| <i>Ativos fixos tangíveis</i> | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| <i>Ativos fixos tangíveis</i> | | 157,19 | |
| <i>Subsídios ao investimento</i> | | | |
| <i>Juros e rendimentos similares</i> | | 166,11 | 97,46 |
| Fluxos de caixa das actividade de investimento (2) | | 323,30 | 97,46 |
| <u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u> | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| <i>Financiamentos obtidos</i> | | 296 235,96 | 365 037,23 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| <i>Financiamentos obtidos</i> | | (110 932,63) | (125 993,18) |
| <i>Juros e gastos similares</i> | | (12 023,68) | (8 511,10) |
| Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3) | | 173 279,65 | 230 532,95 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 163 417,48 | 183 346,71 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 384 010,93 | 200 664,22 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 12.4 | 547 428,41 | 384 010,93 |

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial de Freixianda é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 263 de 13/11/1996, Série II, com sede em Largo da Igreja - Freixianda. Tem como atividade a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos seus utentes, através de serviços personalizados, nomeadamente através de cuidados individualizados com a promoção de actividades socioculturais, recreativas e de assistência religiosa.

A Instituição propõe-se contribuir para a promoção integral de toda a população da freguesia de Freixianda, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as IPSS's, num espírito de solidariedade humana, cristã e social. Para além destes objectivos visa ainda proporcionar o bem-estar, apoiar a população idosa e infantil, e prestar solidariedade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*” (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | - |
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento Básico | 6 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 3 / 5 / 6 |
| Outros activos fixos tangíveis | 4 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam-a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*”

- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 na rubrica “Fundo de Compensação Trabalho – FCT” existiam 9.464,72 euros.

Em 31 de Dezembro de 2022 na rubrica, “outros títulos - Garval, SA” existiam 2.500,00 euros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| 31 de Dezembro de 2022 | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|--------|----------------|-------------------------|
| | Saldo em 01-Jan-2022 | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Saldo em 31-Dez-2022 |
| Custo | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 60 087,98 | 0,00 | - | - | 60 087,98 |
| Edifícios e outras construções | 1 751 673,29 | 0,00 | - | - | 1 751 673,29 |
| Equipamento básico | 399 051,40 | 0,00 | - | - | 399 051,40 |
| Equipamento de transporte | 102 701,14 | 0,00 | - | - | 102 701,14 |
| Equipamento administrativo | 91 107,18 | 0,00 | - | - | 91 107,18 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 8 978,35 | 0,00 | - | - | 8 978,35 |
| Total | 2 413 599,34 | 0,00 | - | - | 2 413 599,34 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | -443 978,08 | -35 033,47 | - | - | -479 011,55 |
| Equipamento básico | -376 201,17 | -20 924,44 | - | - | -397 125,61 |
| Equipamento de transporte | -102 701,14 | 0,00 | - | - | -102 701,14 |
| Equipamento administrativo | -91 107,18 | 0,00 | - | - | -91 107,18 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | -8 978,35 | 0,00 | - | - | -8 978,35 |
| Total | -1 022 965,92 | -55 957,91 | - | - | -1 078 923,83 |
| Valor Líquido | 1 390 633,42 | -55 957,91 | - | - | 1 334 675,51 |

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

| Descrição | 2021 | | | 2022 | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| | Corrente | Não Corrente | Total | Corrente | Não Corrente | Total |
| Empréstimos Bancários MG+Novo Banco | 0,00 | 582 015,09 | 582 015,09 | 0,00 | 807 392,88 | 807 392,88 |
| Outros Empréstimos | 0,00 | 40 074,46 | 40 074,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 622 089,55 | 622 089,55 | 0,00 | 807 392,88 | 807 392,88 |

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

| Descrição | Inventário em 01-Jan-2021 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-Dez-2021 | Inventário em 01-Jan-2022 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-Dez-2022 |
|--|---------------------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 4 903,93 | 155 668,31 | - | 4 583,68 | 4 583,68 | 175 129,36 | - | 6 136,70 |
| Total | 4 903,93 | 155 668,31 | - | 4 583,68 | 4 583,68 | 175 129,36 | - | 6 136,70 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | 155 988,56 | | | | 173 576,34 |

8. Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Rendimentos e Gastos:

8.1. Prestação de serviços

| Descrição | 2021 | 2022 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Vendas | - | - |
| Prestação de Serviços | 400 078,12 | 412 814,78 |
| Mensalidades dos utilizadores | 400 078,12 | 412 673,10 |
| Total | 400 078,12 | 412 814,78 |

8.2. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Subsídios Estado e Outros Entes Públicos | | |
| - Centro Regional Segurança Social | 456 166,13 | 496 929,98 |
| - IEFP | 17 545,25 | 3 237,14 |
| - outros (cmo, layoff,...) | 9 947,13 | 1 412,22 |
| Total | 483 658,51 | 501 579,34 |

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

8.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| Subcontratos | 0,00 | -1 365,00 |
| Serviços especializados | -85 583,05 | -102 617,39 |
| Honorários | -55 126,80 | -54 833,05 |
| Outros | -30 456,25 | -47 784,34 |
| Materiais | -10 705,54 | -8 362,03 |
| Energia e fluidos | -48 312,64 | -54 554,40 |
| Electricidade | -22 782,62 | -25 520,45 |
| Combustíveis | -17 482,13 | -20 210,37 |
| Água | -8 047,89 | -8 823,58 |
| Deslocações, estadas e transportes | -30,33 | -129,65 |
| Serviços diversos | -52 788,95 | -46 913,81 |
| Limpeza hig e Conforto | -42 536,59 | -35 922,51 |
| Comunicação | -2 970,44 | -3 069,93 |
| Seguros | -4 319,35 | -5 542,28 |
| Renting | -792,24 | -1 667,88 |
| Outros | -2 170,33 | -711,21 |
| Total | -197 420,51 | -213 942,28 |

8.4. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos Suplementares | 20 970,22 | 26 070,02 |
| Reembolsos despesas utentes | 18 781,42 | 23 028,82 |
| Outros | 2 188,80 | 3 041,20 |
| Alienações de Imob Corporeo | 0,00 | 157,19 |
| Outros rendimentos e ganhos | 72 032,08 | 32 823,96 |
| Subsídios ao Investimento | 21 321,30 | 21 321,30 |
| Donativos | 39 514,62 | 7 779,40 |
| Outros | 11 196,16 | 3 723,26 |
| Total | 93 002,30 | 59 051,17 |

8.5. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Impostos - taxas | -11,00 | -63,51 |
| Outros Gastos e Perdas-quotizações | -490,00 | -370,00 |
| Total | -501,00 | -433,51 |

8.6. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|--|------------------|-------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | -8 511,10 | -12 023,68 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0,00 | 0,00 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 0,00 | 0,00 |
| Total | -8 511,10 | -12 023,68 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | 97,46 | 166,11 |
| Dividendos obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos similares | 0,00 | 0,00 |
| Total | 97,46 | 166,11 |
| Resultados financeiros | -8 413,64 | -11 857,57 |

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos na rubrica de “Subsídios e outros apoios”:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Subsídios Públicos | | |
| PIDDAC | 63 206,54 | 60 480,12 |
| FUNDO SOCORRO | 4 588,92 | 4 389,40 |
| OUTROS | 25 193,95 | 24 098,56 |
| PARES | 408 858,56 | 398 251,13 |
| PRODER 0200903707 | 156 000,00 | 152 000,00 |
| PRR-RE-C03-I01-953 MOB VERDE | 0,00 | 17 500,00 |
| CMO - CARRINHA ELETRICA | 0,00 | 1 706,75 |
| CMO - PARES 3,0 REMOD. LAR | 0,00 | 25 247,50 |
| Subtotal | 657 847,97 | 683 673,46 |
| Subsídios de outras entidades | 0,00 | 0,00 |
| Doações | 60 087,98 | 60 087,98 |
| Subtotal | 60 087,98 | 60 087,98 |
| Total | 717 935,95 | 743 761,44 |

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 44 e em 2021 foi de 46.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Remunerações ao Pessoal | 506 221,65 | 528 236,21 |
| Encargos sobre as Remunerações | 106 319,67 | 116 499,07 |
| Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais | 6 553,39 | 7 710,46 |
| Outros Gastos com o Pessoal | 1 275,20 | 2 536,83 |
| Total | 620 369,91 | 654 982,57 |

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Utentes / Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Utentes” e respetivas Imparidades encontram-se desagregadas da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Utentes c/c | | |
| Utentes | 23 567,02 | 29 246,43 |
| Adiantamentos a fornecedores | 7 074,10 | 7 074,10 |
| Utentes cobrança duvidosa | | |
| Utentes | 0,00 | 0,00 |
| Total | 30 641,12 | 36 320,53 |

Perdas por Imparidade do período

| Descrição | 2021 | 2022 |
|--------------|----------|----------|
| Utentes | - | - |
| Total | - | - |

| | | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Total Líquido de Imparidades | 30 641,12 | 36 320,53 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|

12.2. Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|---|------------------|------------------|
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 10 476,45 | 2 829,38 |
| Junta de Freguesia da Freixianda (12.3) | 44 642,79 | 44 642,79 |
| Outros Devedores | 1 311,75 | 1 681,20 |
| Total | 56 430,99 | 49 153,37 |

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Prémios de Seguros | 4 112,25 | 2 653,12 |
| Outros Gastos a reconhecer | 3 726,67 | 3 871,41 |
| Total | 7 838,92 | 6 524,53 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Acordos segurança social | 0,00 | 5 411,02 |
| Donativos | 105 009,27 | 102 316,73 |
| Junta de Freguesia da Freixianda (12.2) | 43 199,93 | 43 199,93 |
| Total | 148 209,20 | 150 927,68 |

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 9 710,00 | 12 411,05 |
| Depósitos à ordem | 74 300,93 | 65 017,36 |
| Depósitos a prazo | 300 000,00 | 470 000,00 |
| Total | 384 010,93 | 547 428,41 |

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo em 01-Jan-2022 | Aumentos | Diminuições | Saldo em 31-Dez-2022 |
|--|----------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Fundos | 3 323,81 | 0,00 | 0,00 | 3 323,81 |
| Resultados transitados | 252 605,86 | 0,00 | -63 475,55 | 189 130,31 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 717 935,95 | 44 454,25 | -18 628,76 | 743 761,44 |
| Resultado Líquido do Exercício | -61 912,60 | 61 912,60 | -137 304,89 | -137 304,89 |
| Total | 911 953,02 | 106 366,85 | -219 409,20 | 798 910,67 |

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores c/c | 52 162,21 | 63 066,90 |
| Total | 52 162,21 | 63 066,90 |

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2022 |
|---|------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Imposto Valor Acrescentado (IVA) - Reembolsos | 4 231,39 | 10 549,00 |
| Total | 4 231,39 | 10 549,00 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) - dezembro | 4 148,00 | 4 189,13 |
| Segurança Social - dezembro | 16 781,25 | 16 832,82 |
| Total | 20 929,25 | 21 021,95 |

12.8. Outras Dividas a Pagar

A rubrica “*Outras dividas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | | 2022 | |
|--|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| Pessoal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores de Investimentos (12.6) | 9 417,64 | 0,00 | 9 168,76 | 91 471,32 |
| Credores por acréscimos de gastos | 0,00 | 86 031,99 | 0,00 | 99 138,58 |
| Estimativa de Férias e Subsídio de Férias | | 86 031,99 | | 99 138,58 |
| Diversos (Eletricidade, Juros, Água, Telefone) | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros credores | 0,00 | 39 308,73 | 0,00 | 40 192,34 |
| Valores a devolver à Seg. Social | | 10 677,54 | | 10 677,54 |
| Cauções Utentes Lar | | 21 725,00 | | 23 083,91 |
| Dinheiro à guarda Utentes | | 6 606,19 | | 6 430,89 |
| Consultores e Assessores | | 300,00 | | 0,00 |
| Total | 9 417,64 | 125 340,72 | 9 168,76 | 230 802,24 |

13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 27 de Março de 2023.

Freixianda, 27 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Direção